

GESTÃO EMPRESARIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO NA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO DO VESTUÁRIO

Paula Piva Linke; Sílvia Mara Bortoloto Damasceno Barcelos

Departamento de Design e Moda, Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

Considerando o fato de que vivemos em uma sociedade capitalista que sobrevive do consumo de bens e que as empresas têm um papel fundamental nessa produção e também nos problemas ambientais que enfrentamos, este texto tem por objetivo compreender a importância da gestão empresarial voltada para o desenvolvimento sustentável. Foram definidas algumas categorias teóricas, como crise ambiental, o papel da gestão e a incorporação da questão ambiental no processo administrativo, com foco na relação de economia e meio ambiente, juntamente com a nova roupagem de sustentabilidade ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A abordagem desta pesquisa é qualitativa e apresenta um estudo de caso. A empresa selecionada neste estudo pertence ao setor de confecção de vestuário, um dos setores mais impactantes em termos de danos ambientais e exploração de mão de obra. Ao observar a rotina de produção da empresa β , percebeu-se resistência à implantação de práticas como o processo de gerenciamento de resíduos, que a empresa não tem conhecimento aprofundado do desperdício de materiais e que a iniciativa de controle ambiental na produção partiu dos gerentes de produção, que demoraram a implantar medidas de produção mais limpa no setor produtivo. Com o tempo, os gestores da empresa perceberam a necessidade de implantação de tais práticas ambientais e passaram a incentivar melhorias e maior comprometimento da empresa com a sustentabilidade.

Palavras-chave: Gestão Empresarial, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Indústria de Confecção.

BUSINESS MANAGEMENT FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT: A CASE STUDY IN THE CLOTHING INDUSTRY

ABSTRACT

Considering the fact that we are living in a capitalist society that survives on the consumption of goods and that companies have a fundamental role in this production and also in the environmental problems we face, this text aims to understand the importance of business management focused on sustainable development. Some theoretical categories were defined, such as environmental crisis, the role of management and the incorporation of the environmental issue in the administrative process, focusing on the relationship between economy and environment, along with the new sustainability guise linked to the SDGs (sustainable development goals). This research has a qualitative approach and presents a case study. The company selected in this study refers to the clothing manufacturing sector, one of the most impacting sectors in terms of environmental damage and labor exploitation. When observing the production routine of company β , it was observed that there was resistance to the implementation of practices such as the waste management process and that the company does not have in-depth knowledge of the waste of materials and that the initiative of environmental control in production came from the production managers, who took time to implement cleaner production measures in the productive sector. Over time, the company's managers realized the need to implement such environmental practices and began to encourage improvements and a greater commitment of the company to sustainability.

Keywords: Business Management, Sustainable Development, Sustainability, Clothing Industry.

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre sustentabilidade, e suas implicações na atualidade, é algo complexo, pois envolve muitas variáveis, especialmente a compreensão do papel do meio ambiente e nossa relação com ele. Devemos entender que vivemos em um mundo em crise ambiental e que algumas medidas são necessárias para mitigar essa crise. Sendo assim, além da atuação da sociedade civil de forma geral, é necessária especial atenção ao papel das empresas, responsáveis por muitos dos problemas ambientais que enfrentamos. Em se tratando do setor empresarial, é necessário que a alta administração se envolva mais com a questão ambiental e compreenda que uma atuação que vise à mitigação de impactos e ações em prol do ambiente é fundamental para que seja possível enfrentar os desafios que se apresentam. Nesse caso, não basta a conscientização, também são necessárias ações concretas, práticas produtivas ou projetos que visem atender aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), de modo que se obtenham resultados reais no cuidado com o ambiente e não se fique apenas no discurso com algumas ações esporádicas e sem maior comprometimento com a questão.

Considerando a complexidade da temática ambiental e o papel das empresas, este texto tem por objetivo analisar a importância da gestão empresarial voltada para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, além da discussão teórica, apresenta-se um estudo de caso focado na empresa β , empresa do setor de confecção do vestuário. Inicialmente, é importante definir algumas categorias teóricas, como crise ambiental, a partir das concepções de Ulrich Beck (2008) e Enrique Leff (2012). No que se refere ao papel da gestão e à incorporação da questão ambiental no processo administrativo, o foco é a relação entre economia e meio ambiente, segundo as definições de May et al. (2003), juntamente com a nova roupagem de sustentabilidade ligada aos ODS.

Atualmente o setor de moda é uma das cadeias produtivas que causa mais impactos ambientais, em função de sua extensão produtiva e complexidade produtiva. Para Berlim (2012), compreender mais a fundo o processo de produção do vestuário auxilia no desenvolvimento de estratégias empresariais que possam mitigar impactos ambientais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Crise Ambiental e a Industrialização

A crise ambiental em que se vive está ligada ao modo como nos relacionamos com o meio ambiente, ou seja, nosso entendimento sobre o meio ambiente e a forma como o usamos faz com que causemos diversos impactos que provocam transformações drásticas em seu funcionamento, colocando em risco a disponibilidade de recursos e a sobrevivência do mesmo.

Devemos ter em mente que o ambiente não é apenas uma fonte de recursos, seu papel é muito mais complexo e importante, pois ele dá suporte à vida como a conhecemos (Drew, 2002). Além disso, é preciso considerar também o grau de interferência do homem sobre o meio e como essas alterações

provocam mudanças em diferentes escalas. Portanto, devemos entender o meio ambiente como:

[...] lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (Reigota, 1997, p. 14).

É importante destacar que a concepção apresentada explicita a complexidade e a dificuldade de se definirem conceitos que estão ainda em processo de construção, como afirma Leff (2012), visto que diferentes ciências compreendem o ambiente de forma distinta. Reigota (1997), por sua vez, chama a atenção para a indefinição do termo e considera que esse entendimento se faz no social e depende da forma como o ambiente é apropriado pelos sujeitos sociais, pois a variedade de definições indica que “não existe um consenso sobre meio ambiente na comunidade científica em geral” (Reigota, 1997, p. 14).

Esta pesquisa, em particular, se sustenta no conceito apresentado por Reigota (1997), de modo a trabalhar com uma definição holística acerca do meio ambiente, articulando a compreensão de que o ser humano é parte integrante da natureza. Reigota (1997) enfatiza que essa relação deve ser considerada a partir dos impactos causados pelo homem e da forma como esse homem se vê e vive nesse ambiente.

Pensar essa relação pressupõe entender que a interferência humana pode causar imensos danos ao ambiente, gerando crises. É sabido que vivemos uma crise ambiental que se expressa no esgotamento de recursos naturais, na contaminação do solo, ar e água, e na perda acelerada da biodiversidade. Essa crise mostra-se de forma complexa e traz consigo riscos à qualidade de vida e ao meio ambiente, como afirmam Enrique Leff (2012) e Drew (2002). Diante dessa crise, estão se desenvolvendo reflexões acerca da relação entre sociedade e meio ambiente, buscando equacionar a situação atual. Entre essas reflexões, aqui se destacam as elaboradas pelo sociólogo Beck sobre a sociedade de risco. Isso significa entender que nossa sociedade pode sofrer grandes perdas em função de uma crise socioambiental.

Beck (2008) afirma que a sociedade de risco se iniciou a partir do momento em que se incorporou o entendimento de progresso como ideal para todas as sociedades, expresso no desenvolvimento econômico. Esse ideal de progresso, que foi acelerado pela industrialização, se transformou em uma faca de dois gumes, pois a visão dominante era a de que a natureza serve o homem. Naquele momento, não havia uma reflexão sobre os limites ambientais. Isso levou à degradação do meio ambiente de forma violenta, e agora a humanidade passa por um processo de autoconfrontação, tendo de conviver com os riscos catastróficos por ela criados (Beck, 2008). O autor prossegue afirmando que:

[...] a sociedade industrial pode ser descrita como uma forma de sociedade que fabrica suas consequências negativas. [...] Então, posto que suas instituições geram e legitimam perigos que não podem controlar, a sociedade industrial se vê e se critica como sociedade de risco (Beck, 2008, p. 125).

A afirmação do autor expressa o fato de que sabemos das consequências e, mesmo assim, optamos por manter nossos sistemas de produção e consumo. Martinez Alier (2007) assegura que boa parte dos problemas foram causados pelos processos de industrialização desenfreada e pela expansão da ciência, que transcendeu os laboratórios, criando novas tecnologias, com impactos sobre o meio natural. Em outras palavras, a tecnociência promoveu a produção de problemas em larga escala, como consequência dos avanços tecnológicos, como afirma Alvarenga (2011). Esses problemas geram riscos e perigos e são extremamente complexos, exigindo uma reflexão sobre o papel da ciência, das instituições e do Estado como produtores desses riscos, pois a sociedade herda passivos ambientais das tecnologias aplicadas (Beck, 2008).

O processo de degradação desse meio tem estreito vínculo com o conceito disseminado de desenvolvimento, que, por sua vez, remete à intensificação dos processos de industrialização e urbanização (Drew, 2002), sem considerar as consequências e os efeitos desses processos. No entanto, a iminente crise e as ponderações sobre os limites do ambiente levaram a uma reflexão a respeito dos impactos sobre a sociedade humana, que se viu obrigada a buscar soluções, ou seja, a sustentabilidade.

Dentro da perspectiva do meio ambiente, a preocupação primordial se refere ao impacto sobre a atividade humana numa visão ecológica, cuja expressão é chamada pelo setor econômico de capital natural. Essa produção propõe-se a ser natural, de base fundamental, levando em conta o ponto onde a humanidade se encontra. A ideia é que o planeta seja capaz de utilizar sua potência através dos vários ecossistemas, assegurando um nível mínimo de manutenção sobre os mesmos, e isto é conhecido como sustentabilidade ecológica. De grande importância é a redução dos combustíveis fósseis, a diminuição de poluentes emitidos em nosso ar, bem como a adoção da conservação de energia por meio de políticas em que os recursos sejam substituídos, mesmo os não renováveis, aumentando a eficácia da relação entre cada recurso usufruído (Bellen, 2002).

Os impactos do crescimento acelerado da industrialização, sobretudo ao longo do século XX, conduziram a consequências nefastas no que diz respeito ao ambiente e à qualidade de vida das populações, tendo colocado a sustentabilidade como prioridade das políticas de desenvolvimento de Estados, de organizações mundiais, associações públicas e privadas, bem como de cidadãos e consumidores. Por outro lado, esses desafios cooperaram para o surgimento de novos negócios no mercado verde, que se encontra em expansão. Produtos e processos mais ecoeficientes são elaborados, com a participação de diferentes atores sociais nesse processo de materialização rumo à economia verde. O atual modelo de desenvolvimento permite à sociedade moderna se questionar sobre as atividades industriais e o consumo de bens materiais, em face dos problemas sociais e ambientais, bem como o crescimento econômico. Tal cenário consiste em ameaça à saúde humana, à qualidade de vida e à permanência de comunidades em muitas localidades (Braga, 2012).

2.2 Gestão Empresarial e Sustentabilidade

Percebe-se que, na conjuntura socioeconômica atual, ainda não se dá muita importância e/ou prevalência ao meio ambiente, evidenciando-se padrões que focam o descarte e o lucro como indicador de desenvolvimento. Porém, o consumo consciente e responsável é uma possibilidade na relação homem/natureza rumo ao desenvolvimento sustentável. Consideráveis impactos socioambientais resultam desse consumo incoerente, fomentado pelo capitalismo globalizado, que vem incentivando uma sociedade cujo objetivo seja unicamente o crescimento econômico. Conseqüentemente, a mesma sociedade depara-se com centenas de florestas desmatadas, rios poluídos, extinção de animais, doenças na população local, dentre outros problemas, pois esse sistema não está baseado em necessidades individuais, mas sobretudo na obtenção de lucro (Andrade & Fraxe, 2013).

Andrade e Fraxe (2013) enfatizam, ainda, que se prioriza o 'ter' como mais importante que o 'ser', valorizando-se, desse modo, o patrimônio possuído, em que o consumo se torna uma afirmação social. Neste contexto, não é de estranhar que se recorra à mão-de-obra infantil, emissões e resíduos contaminantes, exploração em longas jornadas de trabalho, perda de direitos trabalhistas e à desvalorização do capital humano. E isso tudo está interligado a padrões de consumo e produção e ao crescimento econômico não sustentável. Nota-se, é claro, que a responsabilidade não é apenas do consumo pessoal, mas sim de um processo de criação e efetivação de políticas públicas que se aliam de forma interdependente a distintos setores da sociedade.

A mudança de paradigma em curso, de que resulta que a humanidade caminhe em direção à sustentabilidade, é uma jornada cujo fim ainda se encontra distante. A princípio trata-se da consciência e da responsabilidade entre gerações, no que toca à sustentabilidade. A sociedade é a parte encarregada de motivar empresas a adotar de forma voluntária normas ambientais e sistemas menos poluentes. O desenvolvimento também é um modo associado à qualidade de vida das pessoas – um bom desenvolvimento humano é estabelecido pelos benefícios de seus bens e não pelo excesso de bens. A qualidade de vida das pessoas fica comprometida por um crescimento descontrolado, baseado na satisfação de consumo. O desenvolvimento necessita ser promovido, mas sem causar danos ao ambiente, à economia e à sociedade; assim, normas, selos, gestão e controle são importantes.

Contudo, a mudança de comportamento é que fará a grande diferença. De fato, é essencial para o homem que a tecnologia moderna seja empregada para servir suas necessidades fundamentais e não apenas na viabilização de guerras, desigualdades sociais e saciedade do consumo, dentre outros. Para tal, é imperativo que cada membro da sociedade se reconheça como parte do ecossistema local e biótico, estando, assim, preparado para recuperar sua qualidade de vida através do poder da consciência global (Virtuoso, 2004).

Novos conceitos, modelos, métodos e práticas são necessários para conduzir uma sociedade ecologicamente sustentável, socialmente responsável e economicamente eficiente. Isso se constitui em um desafio, uma vez que

demanda que todos os indivíduos tenham uma concepção integrada e responsável (Vitari & David, 2017).

O conceito de sustentabilidade pressupõe promover o desenvolvimento de uma sociedade que minimize os impactos ambientais para garantir os recursos para as próximas gerações, ou seja, significa que precisamos ser capazes de fazer uma gestão do meio ambiente, garantindo sua conservação no longo prazo.

Kuhlman e Farrington (2010) ressaltam que o conceito de sustentabilidade abarca três dimensões (econômica, ambiental e social) derivadas do conceito de *Triple Bottom Line*, criado por Elkington. Esse conceito vem da administração e busca uma forma de operacionalizar a responsabilidade social corporativa, o crescimento econômico e os cuidados com o meio ambiente.

Na sociedade capitalista, a busca da sustentabilidade leva à defesa da derivação do conceito em duas vertentes – sustentabilidade fraca e forte –, dois termos criados pelo economista David Pearce e seus colegas em 1989.

No livro *Economia do Meio Ambiente*, organizado por Peter May e colaboradores (2003), essas concepções são discutidas. Sustentabilidade forte e fraca são dois termos ligados a diferentes correntes de pensamento. A sustentabilidade fraca pressupõe que o capital natural pode ser substituído pelo capital produzido, em outras palavras, para essa concepção de sustentabilidade, desde que planejado tecnologicamente, não há limites para o crescimento (May et al., 2003). May e colaboradores (2003) colocam assim o conceito:

A ideia subjacente é a de que o investimento compensa as gerações futuras pelas perdas de ativos causadas pelo consumo e produção correntes. [...] Na abordagem da sustentabilidade fraca, não se reconhecem, portanto, as características únicas de certos recursos naturais que, por não serem produzidos, não podem ser substituídos pela ação humana. Como consequência do argumento prévio, o consumo de capital natural pode ser irreversível, e a agregação simples com o capital produzido pode não ter sentido (May et al., 2003, p. 7-8).

A definição apresentada por May et al. (2003) traz um entendimento mais ligado ao capital. Para Kuhlman e Farrington (2010), “recursos renováveis produzidos pelo homem são equivalentes ao que os economistas chamam de capital” (2010, p. 3441), ou seja, os bens produzidos pelo homem, sem uma preocupação com o esgotamento dos recursos.

De acordo com Kuhlman e Farrington, “a próxima geração deve herdar um estoque de riqueza, compreendendo ativos artificiais e bens ambientais, não menos do que o estoque herdado pela geração anterior” (2010, p. 3443).

Essa percepção de sustentabilidade leva a alguns entendimentos contraditórios, pois os economistas percebem que há mais liberdade na utilização dos recursos naturais, já que não são estipulados limites de uso. Os ambientalistas, por sua vez, tendem a defender a visão de sustentabilidade forte, que impõe mais limites à utilização dos recursos naturais (Kuhlman & Farrington, 2010).

Essa visão apresenta algumas diferenças em relação à sustentabilidade fraca. Primeiramente, a sustentabilidade forte está relacionada à economia ecológica e sua essência tem por base o conceito de que o capital natu-

ral não pode ser substituído por outro tipo de capital. May e colaboradores (2003) argumentam que a sustentabilidade forte tem por objetivo manter os estoques de capital produzido e de capital natural, e o valor total do capital natural em si, no mínimo, constantes.

Cabe enfatizar que:

A economia ecológica vê o sistema econômico como um subsistema de um todo maior que o contém, impondo uma restrição absoluta à sua expansão. Capital (construído) e capital natural (recursos naturais) são essencialmente complementares. Na literatura, essa visão é referida através do conceito de sustentabilidade forte (May et al., 2003, p. 11).

Essa visão de sustentabilidade incorpora as questões ambientais à economia e reconhece que o ambiente possui limites que, quando ultrapassados, podem causar grandes perdas. No entanto, há de se ressaltar que existem divergências e convergências entre as duas vertentes da sustentabilidade.

May et al. (2003) afirmam que o desenvolvimento científico e tecnológico é essencial para ampliar a eficiência e a utilização dos recursos naturais em geral, sejam eles renováveis ou não renováveis. Eis um ponto de convergência entre a sustentabilidade fraca e forte: “a convicção de que é possível instituir uma estrutura regulatória baseada em incentivos econômicos capaz de aumentar incessantemente essa eficiência” (May et al., 2003, p. 11).

A eficiência na utilização de recursos beneficiaria não somente o empresário, mas o meio ambiente, por assegurar uma gestão eficiente deste. No entanto, há também pontos de divergência entre essas duas visões, pois “permanece, entretanto, a discordância fundamental em relação à capacidade de superação indefinida dos limites ambientais globais” (May et al., 2003, p. 11).

O que precisa ser considerado, quando se enfatiza a sustentabilidade, é o fator limite, ou seja, quais os limites que podem pôr em risco nossa qualidade de vida. Além disso, há de se buscar a qualidade de vida, não somente o bem-estar baseado no consumo. Para Leff (2012), é necessária uma mudança da racionalidade econômica em direção à ambiental.

2.3 Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Produção

Considerando a amplitude do conceito de sustentabilidade e a dificuldade de sua implantação, assim como o desenvolvimento de indicadores e o acompanhamento das mudanças reais em prol do ambiente, viu-se a necessidade de fazer um desdobramento do termo e estabelecer novas diretrizes para o ano de 2030, e assim surgem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A partir de 2015, a ONU lançou os 17 ODS para guiar as políticas públicas e ações em prol da sustentabilidade, com vistas a considerar aspectos econômicos e sociais, assim como a questão ambiental, ao reconhecer que a crise que enfrentamos não é somente ambiental, mas também social (IPEA, 2018).

Dessa forma, “os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ONU, 2022).

Essa nova roupagem voltada à sustentabilidade traz diretrizes mais definidas, o que possibilita um acompanhamento mais efetivo de cada objetivo, suas metas, avanços e recuos. Os 17 objetivos podem ser vistos na Figura 1.



Figura 1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Fonte: ONU, 2022.

Como se pode observar na Figura 1, são contemplados diversos temas nos ODS, assim, cada país poderá adaptar à sua realidade tais elementos e desenvolver políticas e ações que cumpram as metas da Agenda 2030.

Com relação ao setor empresarial, não seria diferente, visto que cada setor deve incorporar, em seu processo de gestão, os ODS e fazer o acompanhamento dos mesmos. Para Bardagi (2018, p. 3):

Atualmente, o grande desafio das organizações não é o crescimento puro e simples, mas o alcance de um modo de produção e comercialização organizado de forma a reduzir continuamente o consumo de bens naturais e de serviços ecossistêmicos, ao mesmo tempo em que confere competitividade e continuidade à própria atividade, além de promover e manter o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Isso significa que os padrões administrativos e de gestão empregados dez anos atrás já não são adequados. As empresas precisam buscar novas formas de produção e, principalmente, gestão, com vistas a minimizar impactos ambientais e sociais. Assim, devem desenvolver conduta, ações e projetos que visem atender aos ODS. Esse processo de implantação pode ocorrer de forma progressiva, com alguns ODS a princípio, e aos poucos se expandir. O importante é que as empresas e a sociedade em geral sejam capazes de incorporar os ODS à sua realidade a fim de promover uma sociedade mais sustentável.

3. MÉTODO

Em se tratando da metodologia, para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (1999), essa abordagem permite compreender fenômenos complexos de forma mais completa, já que é possível ter uma visão holística em relação às variáveis que afetam determinada situação. A partir da abordagem qualitativa, fez-se um estudo de caso focado nas orientações metodológicas de Yin (2005). O autor reforça a importância de se conhecer o objeto de estudo e seu universo, estabelecer um filtro para a seleção do caso, considerando que o mesmo deve ser significativo, e, por fim, definir diretrizes quanto à forma de fazer a coleta e o tratamento dos dados.

Considerando-se tais diretrizes metodológicas, foram selecionadas empresas do setor de confecção de vestuário, no município de Maringá, no Estado do Paraná, que possuíam um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, que produziam acima de 15 mil peças por mês e se enquadravam como empresas de grande porte, com mais de vinte anos no mercado. Dentre as empresas listadas, buscaram-se aquelas que possuíam um departamento ou funcionário responsável pelo setor ambiental, e que fosse de fácil acesso. A partir desses critérios, chegou-se à empresa β , que nos possibilita compreender um pouco melhor os avanços e recuos da temática ambiental dentro do setor empresarial.

Observe no quadro a seguir, as diretrizes metodológicas

Quadro 1 Metodologia.

Metodologia	Método	Dados		Análise de dados
Qualitativa	Estudo de caso	Fontes primárias	Entrevistas semiestruturada	Análise de narrativas
			Fotografias	Análise de conteúdo
			Caderno de campo	Análise de narrativas
		Fontes secundárias	Legislação	Análise de narrativas
			Documentos	Análise de narrativas

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Além dos documentos fornecidos pela empresa, assim como uma análise preliminar do processo produtivo e notas de caderno de campo, foram realizadas entrevistas com os empregados atuantes em cada um dos setores da empresa. Para este capítulo, foram selecionadas algumas falas que são identificadas pelo setor em que a empresa atua, o período de realização da entrevista, seguido do tempo de serviço do funcionário na empresa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Gestão Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo de Caso na Indústria de Confeção de Vestuário

O setor da moda contribui com inúmeros impactos ao meio ambiente, como o alto consumo de matéria-prima e energia, além de geração e emissão de resíduos ao longo dos processos industriais, desde a produção e distribuição até o consumo e descarte final (Martins, Daher & Pinheiro, 2012).

A indústria do vestuário afeta direta e indiretamente a vida de grande parte da população mundial, como gerador de empregos (cerca de 100 milhões de pessoas trabalham diretamente na confecção de roupas), pelos modos de consumo de fast-fashion ou a poluição de todo o meio ambiente – o setor é considerado o segundo maior poluidor do planeta. Em decorrência disso, essa indústria – a terceira maior do mundo – tem voltado a atenção para o eco-fashion, um conceito de moda sustentável que se tornou lucrativo para empresas e positivo para o meio ambiente. Por meio da popularização e aceitação do tema, novas discussões acerca da moda sustentável foram abertas (Lee, 2009).

De fato, a indústria têxtil é uma das principais contribuintes na geração de impactos socioambientais, devido à grande efemeridade de seus produtos e seu curto ciclo de vida, o aumento do consumo e a mídia apelativa, incentivadora do consumo. No entanto, essa mesma indústria também é um dos setores mais lucrativos no mundo atual, movimentando anualmente valores de produção, importação, exportação e consumo extremamente elevados. Abordar este tema pode nos trazer uma maior compreensão sobre as dificuldades de introduzir mudanças na produção, que se baseia no consumo excessivo, sendo muito importante a realização de estudos aprofundados sobre a sustentabilidade, produção e consumo para integrar e apoiar as transformações do setor (Berlim, 2014).

No caso do setor de confecção do vestuário, deve-se considerar que um dos grandes problemas é a geração de retalhos de tecido: a perda é, em média, de 20 a 25%. Esse material é de difícil reciclagem e pode causar a contaminação do solo devido à difícil decomposição e aos produtos químicos agregados aos tecidos.

Assim, a necessidade de não geração permanece, e a perda de 25% do tecido é algo que deve ser repensado. Há de se pensar, também, em novas formas de produzir que gerem menos resíduos. Gonçalves-Dias (2015) afirma que o melhor resíduo ainda é aquele não gerado, deste modo, podemos considerar a produção do vestuário aliada ao ODS 12: Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Trabalhar em prol da não geração e reciclagem dos resíduos é um passo importante para uma sociedade mais sustentável.

4.2 O Caso da Empresa β

A empresa de confecções β foi fundada em 1986. Trata-se de empresa familiar que trabalha com moda gestante e moda feminina. Conta com 102

funcionários na fábrica e mais 13 funcionários que atendem nas lojas, totalizando 115 funcionários. A confecção tem capacidade para produzir 20 a 21 mil peças por mês. A média de produção, em maio de 2015, foi de 18 mil peças por mês, produção esta que continuou estável no ano de 2017.

A empresa emprega tecidos variados em sua produção; malhas, algodão e jeans são os mais utilizados. A produção gera uma quantidade razoável de retalhos de tecido, e a proprietária da empresa afirma que a taxa máxima de desperdício é de 30%. A empresa não tem um número exato desse montante, mas entrega à empresa FA Maringá (que recebe retalhos de jeans para a confecção de colchonetes e acolchoados), aproximadamente, 600 quilos de retalhos por semana. Cabe lembrar, ainda, que nem todos os resíduos têxteis podem ser aproveitados, sendo os retalhos de jeans apenas uma parcela deles. Além dos retalhos de tecido, também há os resíduos de plástico e papel, produzidos em grande quantidade.

Apesar de ser uma empresa de grande porte, não conta com um responsável pelo gerenciamento de resíduos. O material residual tem diferentes destinos: plástico, papel e papelão são enviados a uma recicladora; retalhos de malha são enviados a uma fábrica de estopa; tecidos planos feitos de algodão, principalmente o jeans, são enviados à fábrica de colchonetes e acolchoados. Os resíduos considerados contaminados ou que não podem ser reciclados são coletados pela Cetric, que os encaminha a um aterro industrial.

A β mostra maior comprometimento com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), que é incentivado e mantido pela gestão, mas, acima de tudo, observou-se, nesse caso, que os funcionários têm maior liberdade para propor mudanças na rotina de trabalho e adaptação em função do plano. Essa liberdade também foi constatada no momento da realização da coleta de dados para esta pesquisa, pois não houve problemas em entrar em contato com os funcionários, nenhuma informação foi negada ou qualquer tipo de vigilância em relação à nossa presença no interior da fábrica. Os funcionários tinham total liberdade para mostrar a empresa, seu funcionamento, e responder aos questionamentos referentes à pesquisa. Ao que parece, o ambiente dessa empresa é mais receptivo a mudanças (Notas de Caderno de Campo, 2015-2016).

Essa mesma informação apareceu nas entrevistas com as proprietárias da β realizadas em 2015. Os funcionários têm liberdade para propor rotinas de trabalho, promovendo aprimoramento constante dos processos. Em relação à geração de resíduos e seu montante, elas precisam que a mudança se deu a partir dos anos 2000, quando os programas computacionais se tornaram mais acessíveis a empresas de pequeno porte. Sem os programas de modelagem e encaixe, as perdas eram de 35%; com a adoção de tais tecnologias, as perdas diminuíram para 25%, em média.

Quando começamos a empresa, o sistema de produção era outro, mais manual, mais lento, e a empresa não era assim, limpa e organizada. Isso foi evoluindo. Antigamente, todos os resíduos da empresa eram jogados no chão, o que era um sinônimo da alta produção, mas, então, o setor de confecção começou a se profissionalizar, as empresas começaram a mudar, se tornando mais organizadas,

o lixo passou a ser colocado em lixeiras e a empresa passou a ser limpa. Bem depois veio a lei, esse processo de separar os resíduos (Proprietária, β , 2016).

Nessa fala se observa a percepção da proprietária quanto às mudanças ocorridas, que, para ela, se deu quando houve transformação no setor, quando o resíduo, ainda considerado lixo, passou a ser acondicionado em coletores e não mais colocado no chão. Antes, a proprietária relata que era sinônimo de alta produção ter um chão forrado de sobras de material. Isso significava produtividade. Com o passar do tempo, essa concepção se alterou e a empresa tornou-se mais limpa, mais organizada, com coletores para armazenar os resíduos, ainda considerados lixo.

Esse fato, que apareceu na fala da proprietária da β , expressa o entendimento acerca do processo de confecção do vestuário. As pessoas ainda têm dificuldade de entender que o resíduo não é lixo, que pode ser incorporado em outros processos produtivos, ou seja, pode gerar empregos e renda, mas, para isso, esse material precisa ser corretamente segregado e acondicionado, sem que haja contaminação e o mesmo possa ser reutilizado. Na empresa β , no momento em que são gerados, os resíduos são segregados e alocados em coletores, desta forma, uma parte dos retalhos gerados é aproveitada na fabricação de colchonetes ou estopas.

Apesar da importância do trabalho de gestão dos resíduos, devemos destacar que uma empresa sustentável deve incorporar a sustentabilidade desde a concepção do produto. Em relação aos resíduos, nenhuma das estilistas de β enfatizou a possibilidade de redução de resíduos, afirmando que já utilizam recortes e revisão de peças com o intuito de aproveitar ao máximo o material. A estilista E2 da β disse ainda que:

Primeiro, a gente pensa no conforto, na ergonomia, e depois a gente pensa na sustentabilidade (Estilista E2, β , 2015).

Sobre esse aspecto, Manzini e Vezzoli (2011) afirmam que, para o desenvolvimento de um produto menos impactante, é fundamental pensá-lo desde a concepção, escolhendo materiais menos suscetíveis e métodos de produção que visem à economia de energia e de recursos naturais. O mesmo se pode dizer de designs menos custosos do ponto de vista do uso de tecido.

Sobre a não geração e a possibilidade de um produto com menos desperdício, a estilista da β afirmou:

Eu não sei o que fazer para gerar menos resíduos. Nunca pensei nisso a fundo. A gente sempre busca economia de papel, mas não sei como evitar a geração de retalhos de tecido, realmente não sei (Estilista E1, β , 2017).

Observou-se que, nessa empresa, o entendimento das questões relacionadas aos resíduos ocorreu de modo gradual, de forma a criar compreensões voltadas ao meio ambiente, que são repassadas aos funcionários no momento em que são contratados, por ocasião do processo de integração.

Entretanto, de acordo com a supervisora de produção, em entrevistas realizadas em 2015 e 2016, ainda ocorre, em muitos momentos, a segregação inadequada de resíduos, havendo a necessidade de reforçar os procedi-

mentos de como se faz isso adequadamente. Ou seja, há uma dificuldade de mudança, de incorporar a nova atividade, dificuldade de mudar o hábito.

Ainda nessa direção, a supervisora de produção da β acredita que os problemas são muito mais sérios e exigem ações mais profunda sobre os resíduos.

Não tem o que fazer com o resíduo. Mandar para um aterro não é certo, mas o que a gente pode fazer? Por exemplo, a gente manda o tecido para fazer colchonetes, mas uma hora esse colchonete vai para o lixo, esse é um problema sem solução, tudo vai para o lixo uma hora ou outra (Supervisora de Produção, β , 2015).

Para ela, levando-se em conta que toda produção vai gerar resíduo, não há solução para o resíduo. Além disso, se tem clareza de que o aterro não é o destino correto, mas que todo produto, seja feito com material reciclável ou não, em algum momento se tornará rejeito.

Essa fala também faz alusão ao consumo, ao mesmo tempo em que chama a atenção para a vida útil dos produtos, dado que, no seu aspecto material, “o bem consumido não desaparece, trata-se antes de uma mudança de forma, o consumo surge como um serviço prestado por esse bem ao consumidor e não como ato de extinção do bem” (Sachs, 1986, p. 31).

O resíduo é, sim, um problema, mas, para reduzi-lo, não basta focar na forma de produção, é preciso levar em conta, também, a utilização desse bem. Precisamos de bens que sejam produzidos de forma mais limpa, que tenham um ciclo de vida mais longo, cujo processo produtivo gere o mínimo possível de resíduos e que esses resíduos não se tornem rejeitos. Essas são prerrogativas fundamentais para que a sociedade impacte menos o meio ambiente, como afirmam Manzini e Vezzoli (2011).

5. CONCLUSÃO

O tema crise ambiental já faz parte de nossa rotina, estamos acostumados a ouvir notícias sobre aquecimento global e suas consequências, no entanto, as transformações em nossos meios de produção e consumo ainda são lentas diante da gravidade da situação.

Em se tratando das empresas, é importante que a sustentabilidade seja pensada do ponto de vista da gestão e seja incorporada em todas as etapas do processo produtivo. No entanto, isso por si só não basta; são necessários profissionais que saibam como colocar em prática ações em prol do ambiente.

A relação entre moda e sustentabilidade precisa ir além, se quiser formar profissionais preocupados com a questão ambiental que afeta o setor. Há de se repensar os produtos e promover rotinas de trabalho que incorporem as dimensões ambientais, de forma a minimizar os resíduos gerados no processo produtivo.

Não se trata apenas de reflexão teórica, mas de práticas educativas que busquem capacitar os profissionais por meio de ações e projetos que de fato façam a diferença.

No caso da empresa β , a gestão de resíduos é um avanço, mas seus profissionais ainda não conseguem incorporar novas técnicas no desenvolvimento de produto ou produção, a fim de tornar a empresa mais sustentável. Isso

ilustra uma das fragilidades de nossa sociedade, ter uma educação voltada a formar profissionais capazes de promover mudanças mais significativas em sua comunidade.

Observa-se que ainda há muitos problemas em relação à implantação de práticas sustentáveis dentro do setor da indústria da confecção. Em muitos casos, os proprietários, e mesmo aqueles que executam a produção, têm dificuldade de se adaptar às novas rotinas. Nesse caso, observou-se uma falha na atualização dos sistemas produtivos, pois geram-se novos processos que nem sempre são implementados de forma correta.

Um dos grandes desafios é mudar a forma de pensar e agir dos indivíduos, assim, uma das limitações desta pesquisa é justamente o acesso às empresas e aos indivíduos que executam atividades diárias da produção. Essa dificuldade impede que sejam feitos estudos mais aprofundados sobre o processo de desenvolvimento de novos métodos e processos que visem à sustentabilidade.

Seria necessário pesquisar as novas tecnologias e sua aplicação dentro de uma empresa, comparando-as com os métodos tradicionais de produção e averiguando com cautela os avanços e recursos em prol da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, F. A. V. & Fraxe, T. J. P. (2013). O consumo e a sustentabilidade sob a ótica do documentário "História das Coisas" [online]. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*. [Acesso em 13 de maio de 2015]. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/24/consumo-sustentabilidade.html>
- ALVARENGA, A. et al. (2011). Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI, A. et al. *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação*. Manole, São Paulo.
- BARDAGI, Marcos. (2018). *Desenvolvimento sustentável e o modelo de excelência da gestão*. Fundação Nacional da Qualidade.
- BECK, Ulrich. (2008). *La sociedad del riesgo mundial*. Barcelona: Paidós.
- BELLEN, H. M. V. (2002). *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Santa Catarina, Nov. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
- BERLIM, Lilyan. (2012). *Moda e sustentabilidade: uma reflexão necessária*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.
- BRAGA, J. C. (2012). Sociedade, indústria e design: percepções, atitudes e caminhos rumo a uma sociedade sustentável. *Acta Scientiarum* [online]. 34(2), 169-178. [Acesso em 17 de maio de 2015]. Disponível em: doi: 10.4025/actascihumansoc.v34i2.18204
- DREW, David. (2002). *Processos interativos homem-meio ambiente*. 5º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- GONÇALVES-DIAS, S. L. F. (2015). Consumo & resíduos: duas faces da mesma moeda. *GV Executivo*, v. 14, p. 38-41.
- IPEA. (2018). ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Proposta de adequação: AGENDA 2030 [online]. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>
- KUHLMAN, Tom & FARRINGTON, John. (2010). What is Sustainability? *Journal Sustainability*, v. 2, p. 3436-3448.
- LEE, M. (2009). *O guia de moda ética para a consumidora consciente*. Tradução de Sheila Mazzoleneis e Mario Ribeiro. São Paulo: Larousse do Brasil.

- LEFF, Enrique. (2012). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- MANZINI, Ezio. VEZZOLI, Carlo. (2011). *O desenvolvimento de produtos sustentáveis*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- MARTÍNEZ ALIER. Joan. (2007). *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto.
- MARTINS, S. B., DAHER, M. Z. e PINHEIRO, N. (2012). Moda, sustentabilidade e inclusão: retratos que tecem histórias. Resultado de uma Oficina. In: *8º Colóquio de Moda – 5ª Edição Internacional*, 17 a 20 de setembro de 2012, Rio de Janeiro, RJ, Brasil [online]. SENAI/CETIQT. 1-7. [Acesso em 20 de agosto de 2015]. Disponível em: http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20%202012/GT11/ARTIGO-DE-GT/103431_Moda_sustentabilidade_inclusao.pdf
- MAY, Peter H; LUSTOSA, Maria Cecília & VINHA, Valéria. *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- MINAYO, M. C. de S. (org). (1999). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 14a. ed. Petrópolis: Vozes.
- ONU Brasil. (2022). Objetivos de desenvolvimento sustentável. [Acesso em 10 de junho de 2022]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- REIGOTA, M. (1997). *Meio ambiente e representação Social*. 2º ed. São Paulo: Cortez.
- SACHS, Ignancy. (1986). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- VIRTUOSO, J. C. (2004). Desenvolvimento, Gestão Ambiental e Sustentabilidade: compreendendo o novo paradigma. *Revista Espaço Acadêmico* [online]. 4(38). [Acesso em 27 de junho de 2016]. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/39676>
- VITARI, C. & David, C. (2017). Sustainable management models: innovating through Permaculture. *Journal of Management Development* [online]. 36(1), 14-36. [Acesso em 07 de maio de 2019]. Disponível em: doi: 10.1108/JMD-10-2014-0121
- YIN, R. K. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. 3a ed. Porto Alegre: Bookman.